FIOCRUZ

BOLETIM
Observatório Covid-19

Infogripe http://info.gripe.fiocruz.br
Monitora-Covid19 https://bigdata-Covid19.icict.fiocruz.br/

BOLETIM EXTRAORDINÁRIO
28 de julho de 2021

FOTO: AGÊNCIA BRASIL

Na última Semana Epidemiológica, de 18 a 24 de julho, foi observada manutenção na tendência de queda de alguns indicadores da pandemia. Se, por um lado, houve uma pequena redução no número de óbitos por Covid-19 em relação à semana anterior, por outro observa-se um aumento do número de casos. A positividade de testes de diagnóstico permanece com valores altos, porém com tendência de queda. A diferenciação entre essas curvas pode marcar uma nova fase da pandemia no Brasil, conforme ressaltado em boletins anteriores, em que há uma intensa circulação do vírus, no entanto, com menor impacto sobre as demandas de internação e sobre o número de óbitos. Esse padrão ainda se configura como um patamar de alto risco de transmissão do vírus Sars-CoV-2 e se deve à imunização de parte da população mais vulnerável pelas vacinas e, possivelmente, à maior transmissibilidade da variante Delta — já foi registrada transmissão comunitária da variante no país.

As taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 no SUS também continuam caindo, segundo dados obtidos em 26 de julho. A distribuição proporcional de unidades federativas entre as zonas categorizadas para o indicador corresponde àquela observada em 23 de novembro, o que indica o melhor quadro relativo ao indicador desde então. Somente Goiás e o Distrito Federal ficaram na zona de alerta crítico. Porém, é importante destacar que, no segundo caso, o dado é um reflexo da estratégia de retirada de leitos, possivelmente deslocados para outras finalidades, frente à redução da demanda imposta pela Covid-19.

Dezesseis estados estão fora da zona de alerta e nove estão na zona de alerta intermediário, sendo que a maioria apresenta taxas entre 60% e 65%. Os dados aqui apresentados endossam a percepção de um cenário em que a pandemia está sendo gradativamente controlada pelo avanço da vacinação, ainda que grande parte das pessoas já vacinadas receberam, por enquanto, somente a primeira dose. A vacinação inicial de grupos mais vulneráveis a manifestações graves da doença foi uma decisão acertada e explica os resultados que estão sendo observados. Já se verifica, em diversos estados e capitais, a retirada de leitos destinados à Covid-19, e espera-se que estejam sendo deslocados para outras finalidades. Como vem sendo destacado pelo Boletim, há imensa demanda por outras condições de saúde represadas durante a pandemia e são desafiadoras as novas demandas colocadas pela Covid Longa.

A vacinação, entretanto, continua em ritmo mais lento do que desejável, com pouca alteração na tabela de distribuição de doses em relação ao Boletim anterior. Ainda assim, conforme já indicado, é inegável que a melhoria do quadro pandêmico no país é uma consequência direta do aumento no número de imunizados. Com mais de 95 milhões de doses aplicadas, segundo dados do Ministério da Saúde, o país vacinou mais de 59,6% da população adulta com pelo menos uma dose de vacina e cerca de 23% com o esquema de vacinação completo. Até o momento, as pesquisas indicam que indivíduos totalmente imunizados (com duas doses, para a grande maioria das vacinas aplicadas no Brasil) estão também protegidos para a variante Delta.

A proteção oferecida por uma única dose, no caso dos imunizantes de duas aplicações, é bem reduzida em relação ao esquema vacinal completo. Sendo assim, para garantir máxima proteção é fundamental tomar as duas doses, com exceção do imunizante da Janssen, de dose única. Os não vacinados (40,4% da população) encontram-se ainda vulneráveis e com risco alto de infecção e de desenvolver a doença em formas graves, o que pode demandar atendimento hospitalar e resultar em óbitos.

A pandemia não chegou ao fim. Temos convivido com incidência de casos e número de óbitos ainda muito elevados – média de 46,8 mil casos novos e 1.160 óbitos por dia –, que não devem ser naturalizados. A variante Delta, mais transmissível, expõe a população à possibilidade de grande elevação de casos, sendo sempre importante destacar que as vacinas disponíveis apresentam limites em relação ao bloqueio da transmissão do vírus, que continua circulando com intensidade. As vacinas são especialmente efetivas na prevenção de casos graves. Em diferentes países, o adoecimento por Covid-19 tem ocorrido mais frequentemente entre pessoas não vacinadas, mas é também expressiva a proporção de casos em pessoas que receberam o esquema vacinal completo, em geral, com formas mais leves. No mais, não podemos descartar a hipótese de surgimento de uma nova variante que desafie o conhecimento até então construído, com potencial de escape às vacinas disponíveis.

Continua sendo fundamental o atingimento de elevada cobertura vacinal (≥80%) da população elegível com o número de doses adequado, conforme a vacina administrada, em curto prazo e a manutenção de medidas não farmacológicas de controle e prevenção da doença, como usar máscara, preservar distanciamento físico, evitar aglomerações e fazer higiene frequente das mãos.

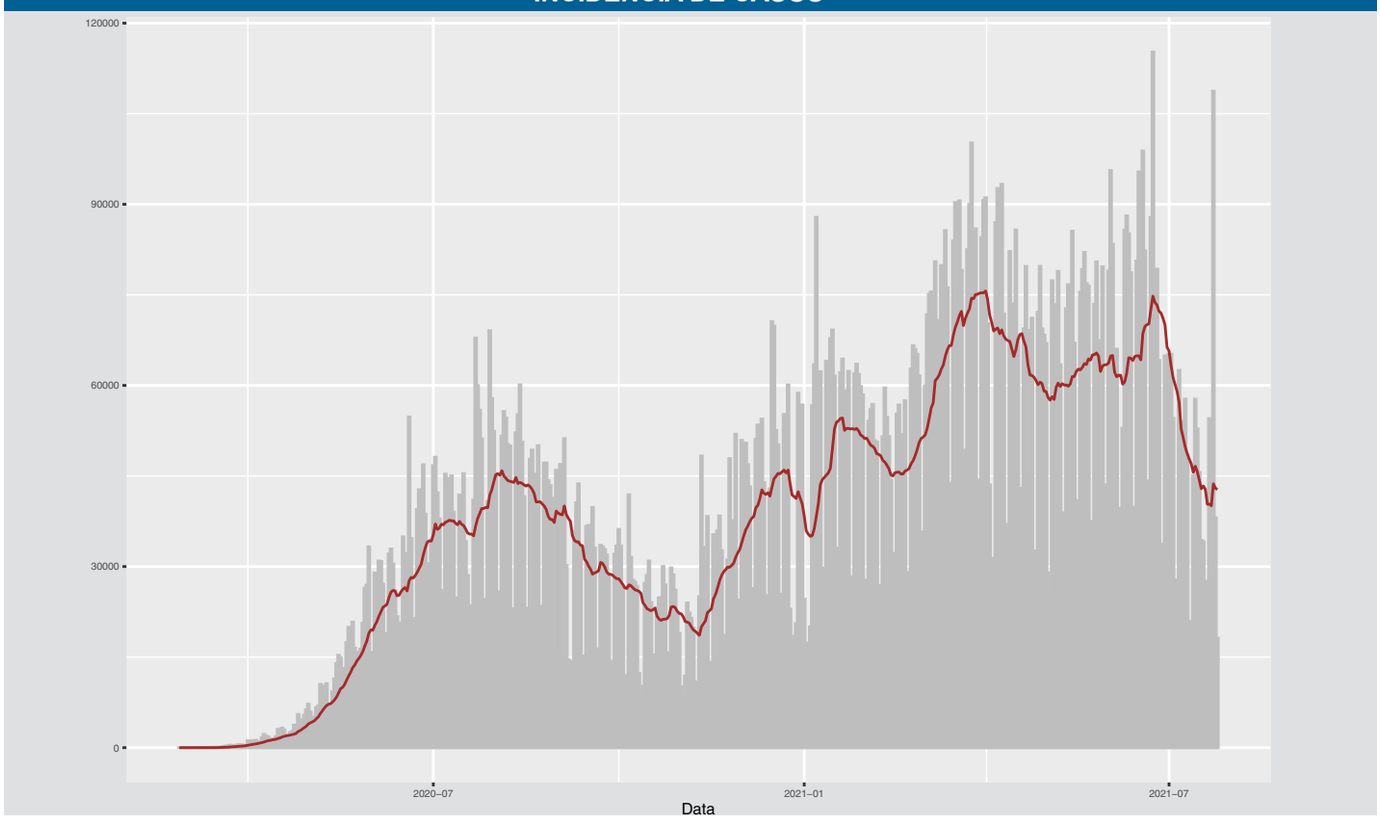
Casos e óbitos por Covid-19

A taxa de mortalidade diminuiu 0,3% em relação à semana anterior. No entanto, houve um aumento da taxa de incidência de casos de Covid-19 em 2,9%. É importante salientar que os números de casos (média de 46,8 mil casos novos por dia) e de óbitos (1.160 óbitos por dia) estão ainda em patamar muito elevado. Além disso, a taxa de positividade dos testes permanece alta, o que mostra a intensa circulação do vírus. O aumento recente do número de casos pode resultar em diversos quadros graves da doença, com o aumento da demanda por cuidados intensivos e a possibilidade maior de óbitos. Esses e outros dados para monitoramento da pandemia em estados e municípios podem ser acessados pelo sistema MonitoraCovid-19.

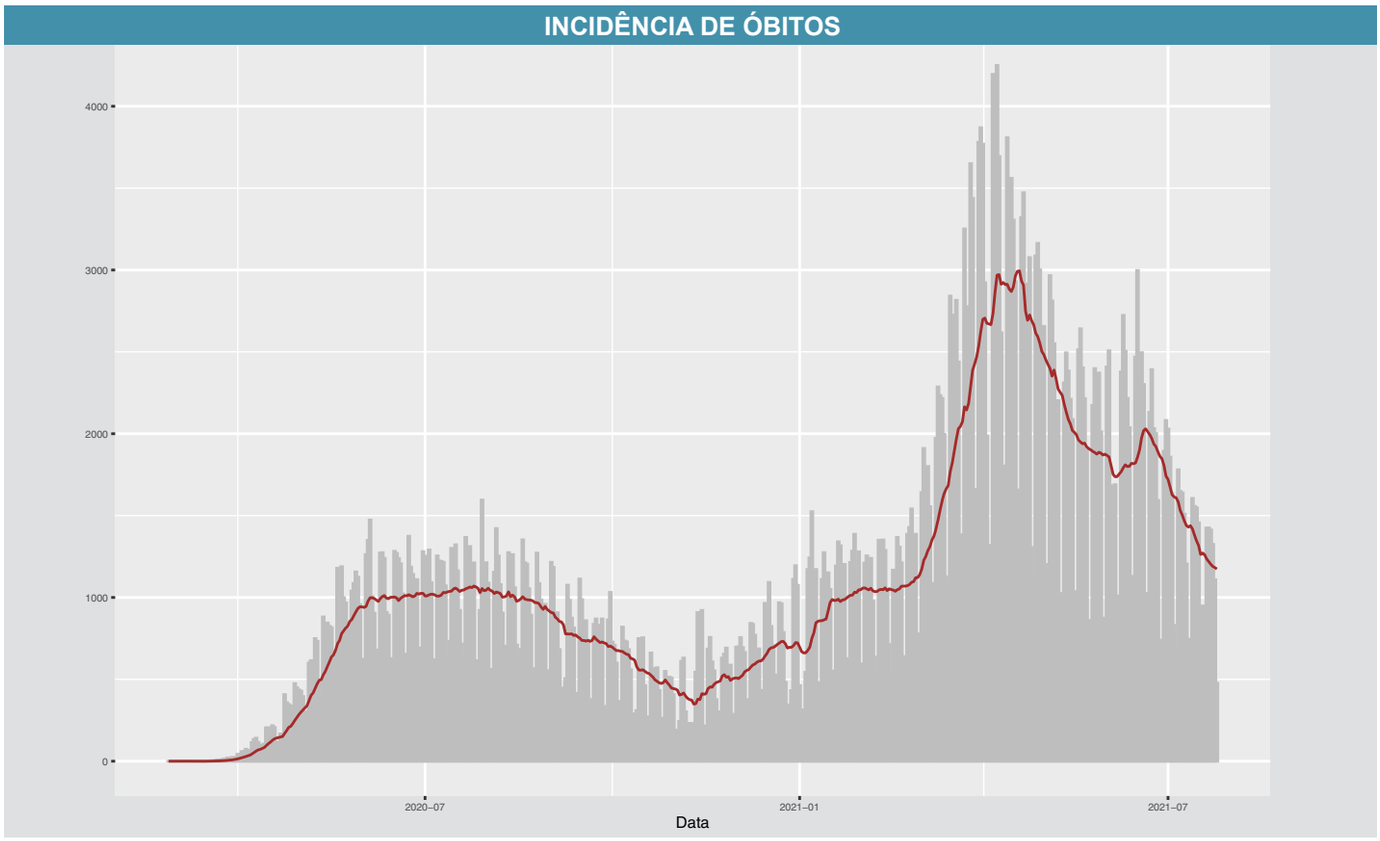
A redução do impacto da pandemia de modo mais duradouro somente será alcançada com a intensificação da campanha de vacinação, a adequação das práticas de vigilância em saúde, o reforço da atenção primária à saúde, além do amplo emprego de medidas de proteção individual, como as máscaras e o distanciamento social. A circulação de novas variantes do vírus tem aumentado as infecções, mas não necessariamente o número de casos graves, devido à proteção já adquirida por grupos populacionais mais vulneráveis vacinados, como os idosos e portadores de doenças crônicas.

Foi observada uma pequena redução da taxa de letalidade, dada pela proporção de casos que resultaram em óbitos por Covid-19, que atualmente está em torno de 2,5%. Os valores ainda elevados de letalidade em alguns estados revelam falhas no sistema de atenção e vigilância em saúde, como a insuficiência de testes diagnóstico, da triagem de infectados e seus contatos, e da identificação de grupos vulneráveis.

INCIDÊNCIA DE CASOS



INCIDÊNCIA DE ÓBITOS



Leitos de UTI para Covid-19

Em mais uma semana consecutiva, compreendida entre 19 e 26 de julho, as taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 no SUS apresentaram melhoras substantivas. Somente Goiás e o Distrito Federal ficaram na zona de alerta crítico. Mas, no segundo caso, o dado reflete a estratégia de retirada de leitos, possivelmente deslocados para outras finalidades, frente à redução da demanda imposta pela Covid-19. Ou seja, Goiás é o único estado que requer preocupação quanto ao indicador. A distribuição proporcional de unidades federativas entre as zonas categorizadas corresponde àquela observada em 23 de novembro, o melhor quadro relativo ao indicador desde então. Dezesseis estados estão fora da zona de alerta e nove estão na zona de alerta intermediário, porém a maioria apresentas taxas entre 60% e 65%.

As quedas no indicador atingiram pelo menos cinco pontos percentuais em vários estados: Rondônia (62% para 52%), Amazonas (66% para 59%), Tocantins (77% para 71%), Ceará (59% para 52%), Rio Grande do Norte (49% para 41%), Pernambuco (58% para 50%), Alagoas (54% para 46%), Bahia (60% para 53%), São Paulo (62% para 55%), Paraná (72% para 64%), Santa Catarina (79% para 64%), Rio Grande do Sul (70% para 65%), Mato Grosso do Sul (66% para 61%) e Mato Grosso (70% para 63%). Exceto pelo Maranhão, onde já se observa redução de leitos destinados à Covid-19, o Nordeste está fora da zona de alerta, assim como todos os estados do Sudeste e também Rondônia, Acre, Amazonas e Amapá, na Região Norte. O Sul e os estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, no Centro-Oeste, se mantiveram na zona de alerta intermediário, mas, conforme já indicado, com significativas quedas no indicador.

Goiáse o Distrito Federal estão com taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 no SUS superiores a 80%, embora no segundo caso o dado reflita a retirada de leitos dedicados à Covid-19: Goiás (86%) e Distrito Federal (83%). Nove estados estão na zona de alerta intermediário (≥60% e <80%): Roraima (68%), Pará (61%), Tocantins (71%), Maranhão (65%), Paraná (64%), Santa Catarina (64%), Rio Grande do Sul (65%), Mato Grosso do Sul (61%) e Mato Grosso (63%). Dezesseis estados estão fora da zona de alerta: Acre (17%), Rondônia (52%), Amazonas (59%), Amapá (34%), Piauí (52%), Ceará (52%), Rio Grande do Norte (41%), Paraíba (34%), Pernambuco (50%), Alagoas (46%), Sergipe (45%), Bahia (53%), Minas Gerais (56%), Espírito Santo (50%), Rio de Janeiro (59%) e São Paulo (55%).

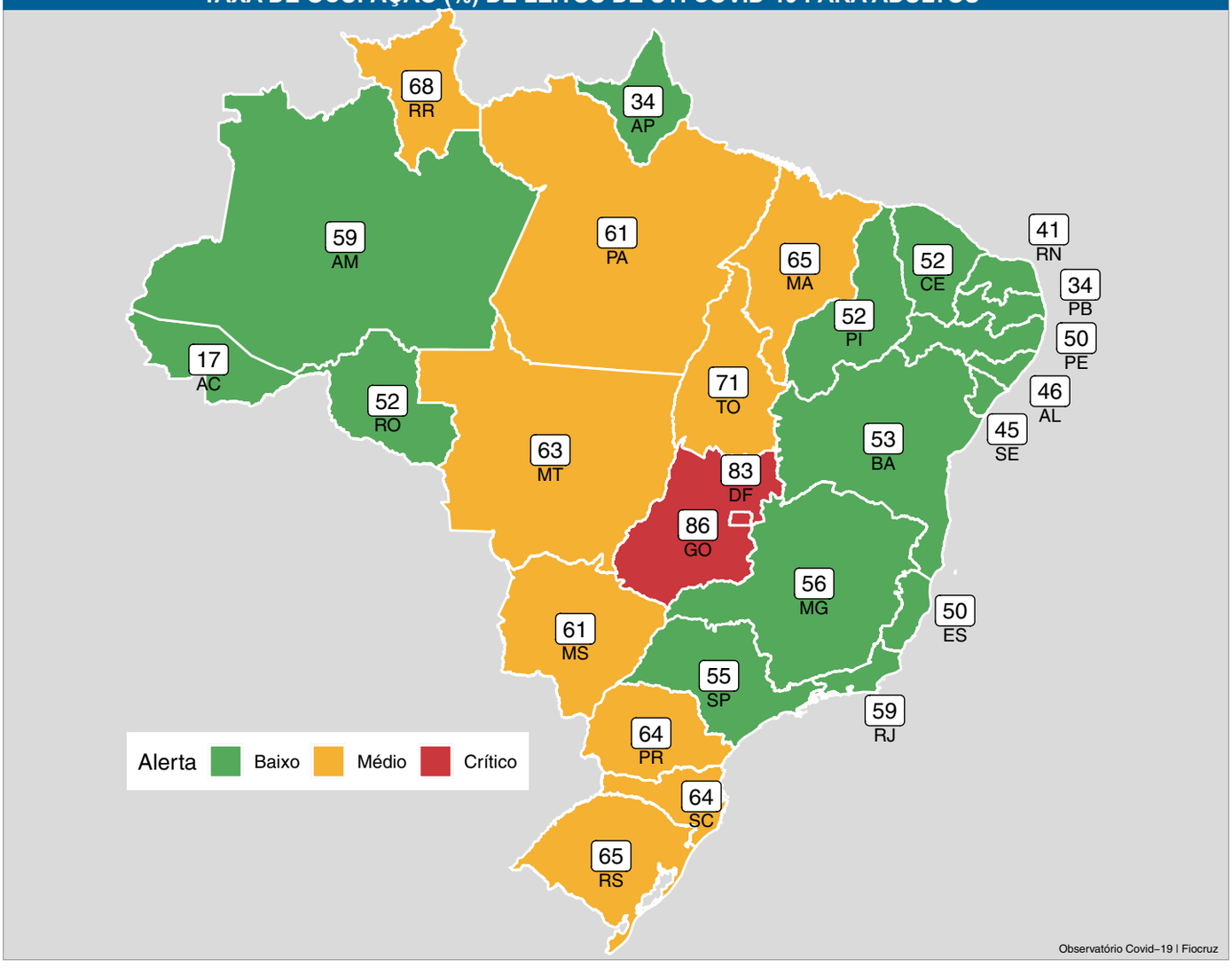
Três capitais estão com taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 superiores a 80%: Rio de Janeiro (90%), Goiânia (93%) e Brasília (83%); no primeiro e no terceiro caso verifica-se que tem havido redução de leitos, possivelmente frente à avaliação da demanda. No caso da cidade do Rio de Janeiro é também muito provável que ela se mantenha como importante referência para o estado, que se encontra fora da zona de alerta. Seis capitais estão na zona de alerta intermediário, com taxas iguais ou superiores a 60% e inferiores a 80%: Boa Vista (68%), Palmas (61%), São Luís (73%), Curitiba (68%), Porto Alegre (70%) e Campo Grande (67%). Dezoito capitais estão fora da zona de alerta: Porto Velho (43%), Rio Branco (18%), Manaus (59%), Belém (57%), Macapá (36%), Teresina (47), Fortaleza (55%), Natal (46%), João Pessoa (27%), Recife (27%), Maceió (40%), Aracaju (53%), Salvador (44%), Belo Horizonte (58%), Vitória (49%), São Paulo (51%), Florianópolis (40%) e Cuiabá (55%).

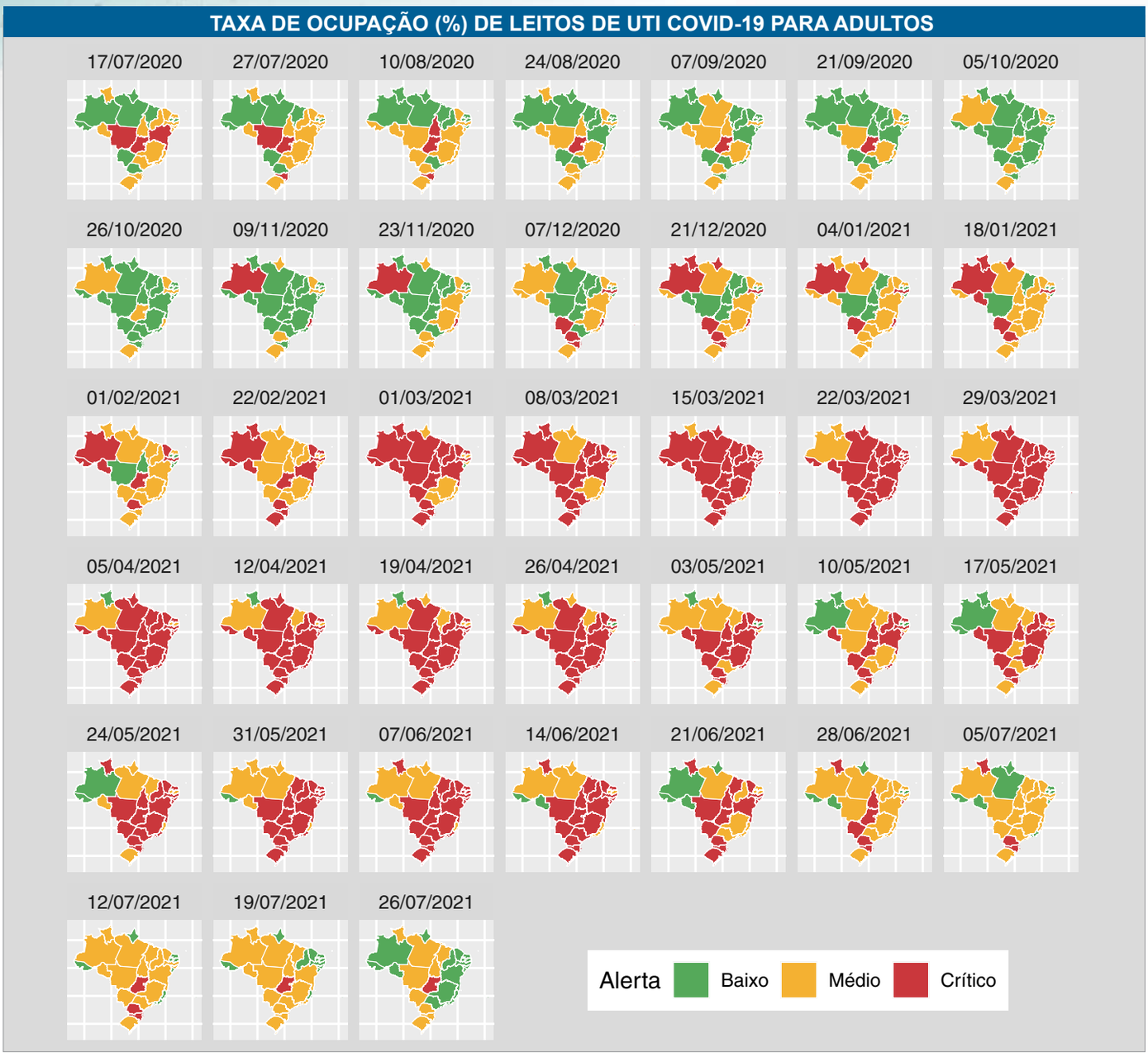
Os dados aqui apresentados endossam a percepção de que a pandemia está sendo gradativamente controlada pelo avanço da vacinação, ainda que grande parte das pessoas já vacinadas tenha recebido, por enquanto, somente a primeira dose. A vacinação inicial de grupos mais vulneráveis a manifestações graves da doença foi uma decisão acertada e explica os resultados que estão sendo observados. Já se verifica, em diversos estados e capitais, a retirada de leitos destinados à Covid-19 e espera-se que estejam sendo deslocados para outras finalidades. Como temos apontado, há imensa demanda por outras condições de saúde represadas durante a pandemia e as novas demandas colocadas pela Covid Longa são desafiadoras.

Entretanto, a pandemia não chegou ao fim. Temos convivido com incidência de casos e número de óbitos ainda muito elevados, que não devem ser naturalizados. A variante Delta, mais transmissível, expõe a população à possibilidade de grande aumento do número de casos. É importante destacar que as vacinas disponíveis apresentam limites em relação ao bloqueio da transmissão do vírus, que continua circulando com intensidade. As vacinas são especialmente efetivas na prevenção de casos graves. Em diferentes países, o adoecimento por Covid-19 tem ocorrido mais frequentemente entre pessoas não vacinadas, mas é também expressiva a proporção de casos mais leves em pessoas que completaram o esquema vacinal. No mais, não é possível descartar a hipótese de surgimento de uma nova variante que desafie o conhecimento até então construído, com potencial de escape às vacinas disponíveis.

É fundamental que o país atinja uma elevada cobertura vacinal (≥80%) da população elegível com o número de doses adequado, conforme a vacina administrada, em curto prazo. Também é fundamental que a população se ajuste à necessidade de conviver com o vírus e as variantes, mantendo o uso de medidas não farmacológicas de controle e prevenção da doença como usar máscaras, preservar o distanciamento físico, evitar aglomerações e fazer higiene frequente das mãos.

TAXA DE OCUPAÇÃO (%) DE LEITOS DE UTI COVID-19 PARA ADULTOS





O avanço da vacinação e a distribuição de imunizantes

Com mais de 95 milhões de doses aplicadas, segundo dados do Ministério da Saúde, o país vacinou mais de 59,6% da população adulta com pelo menos uma dose de vacina e cerca de 23% da população adulta com o esquema de vacinação completo. A vacinação tem avançado de forma assíncrona no país. Além disso, o fluxo de informações também sofre com o atraso do registro e pode apresentar falhas por vários motivos. Entre eles, é importante destacar a descontinuidade de investimento em equipes e infraestrutura nos sistemas de registro em saúde.

O reflexo disso é a queda na qualidade dos dados disponibilizados, que são imprescindíveis para o planejamento estratégico e o monitoramento da imunização. Essa situação tem sido observada também para outros sistemas de informação, que vêm se deteriorando ao longo dos anos. Contudo, a necessidade de acompanhamento dos dados de vacinação e a urgência relacionada ao tema expõem as falhas que vêm se acumulando por falta de investimento em pessoal e aperfeiçoamento dos sistemas de informação em saúde.

As desigualdades observadas no país, que ocorrem também nos sistemas de saúde, podem ser observadas especialmente nos serviços de atenção básica, que são os responsáveis pela aplicação da maior parte das vacinas. Essas desigualdades podem provocar a migração de pessoas para outras localidades, o que facilita a disseminação do vírus e aumenta a probabilidade de surgimento de novas variantes. As pessoas têm buscado se vacinar em cidades com campanhas mais organizadas e com calendário mais adiantado, distantes até 250 km do município de residência, o que provoca interrupções da campanha nessas cidades pela dificuldade de se prever o número de doses necessárias para suprir a demanda extra.

A tabela 1 apresenta o número total de doses aplicadas por unidade federativa e a estimativa de pessoas que receberam pelo menos uma dose da vacina, as que completaram o esquema vacinal e as que só receberam a primeira dose.

No país, 25,1% das pessoas imunizadas completaram o esquema vacinal com duas doses, ou com dose única, no caso do imunizante da Janssen, e 74,9% receberam somente a primeira dose do imunizante.

Segundo dados do Ministério da Saúde, das mais de 164 milhões de doses distribuídas aos estados, 82,7% dos imunizantes já foram destinados aos municípios para aplicação. Dez estados apresentam percentual de repasse inferior ao observado nacionalmente. Houve pouca alteração na tabela de distribuição de doses em relação ao boletim anterior. Em 27 de julho os dados coletados no site do Ministério da Saúde apontam pequena alteração ocorrida no dia 21 do mesmo mês. Em termos gerais, cerca de 7 milhões de doses foram distribuídas no período. Os dados de São Paulo continuam apresentando inconsistência. No levantamento que compreende a semana entre 11 e 17 de julho o estado apresentava cerca de 28 milhões de doses repassadas aos municípios. Dados coletados em 20 de julho apontam distribuição de cerca de 24 milhões e os coletados em 27 de julho apontam cerca de 26 milhões de doses repassadas, o que representa 62% do total de doses encaminhadas ao estado. Erros nos registros ou no fluxo das informações podem explicar esses números.

O planejamento, a comunicação e a informação constituem aspectos fundamentais para o sucesso do Plano Nacional de Imunização e seu reforço é estratégia crucial para alcançar a meta nacional que pode garantir, no menor tempo possível, proteção para toda a população brasileira.

TABELA 1 - **DOSES APLICADAS, PERCENTUAL SEGUNDO DOSE VACINAL E DIFERENÇA PERCENTUAL ENTRE AS DOSES**

UF	Doses aplicadas	Dose 1	Estimativa de pessoas que fecharam o esquema vacinal (dose 2)	Estimativa de pessoas que só tomaram a primeira dose	% de pessoas vacinadas com esquema de vacinação completo	% pessoas vacinadas somente com a primeira dose
BRASIL	128.190.597	92.270.404	32.189.052	60.081.352	25,1	74,9
ACRE	478.686	356.943	112.287	244.656	23,5	76,5
ALAGOAS	1.745.149	1.246.791	447.503	799.288	25,6	74,4
AMAZONAS	2.285.511	1.731.662	525.546	1.206.116	23	77
AMAPÁ	362.240	269.725	83.619	186.106	23,1	76,9
BAHIA	7.612.917	5.405.559	2.009.510	3.396.049	26,4	73,6
CEARÁ	4.070.834	2.909.368	1.122.416	1.786.952	27,6	72,4
DISTRITO FEDERAL	1.648.837	1.180.913	436.125	744.788	26,5	73,5
ESPÍRITO SANTO	2.734.622	1.933.555	702.108	1.231.447	25,7	74,3
GOIÁS	3.980.646	2.905.357	942.442	1.962.915	23,7	76,3
MARANHÃO	3.751.237	2.783.350	873.673	1.909.677	23,3	76,7
MINAS GERAIS	12.296.000	8.903.107	3.079.664	5.823.443	25	75
MATO GROSSO DO SUL	2.165.359	1.365.898	633.711	732.187	29,3	70,7
MATO GROSSO	1.902.925	1.393.937	426.807	967.130	22,4	77,6
PARÁ	3.692.579	2.698.249	928.047	1.770.202	25,1	74,9
PARAÍBA	2.341.325	1.689.199	611.791	1.077.408	26,1	73,9
PERNAMBUCO	5.152.797	3.780.761	1.275.693	2.505.068	24,8	75,2
PIAUÍ	1.798.872	1.296.648	456.829	839.819	25,4	74,6
PARANÁ	7.643.424	5.565.440	1.783.613	3.781.827	23,3	76,7
RIO DE JANEIRO	10.580.058	7.461.191	2.861.849	4.599.342	27	73
RIO GRANDE DO NORTE	2.100.079	1.536.899	513.044	1.023.855	24,4	75,6
RONDÔNIA	926.595	693.768	205.856	487.912	22,2	77,8
RORAIMA	294.458	219.488	65.237	154.251	22,2	77,8
RIO GRANDE DO SUL	8.991.407	6.106.069	2.604.819	3.501.250	29	71
SANTA CATARINA	4.568.102	3.261.102	1.099.390	2.161.712	24,1	75,9
SERGIPE	1.053.255	780.736	249.091	531.645	23,6	76,4
SÃO PAULO	33.206.743	24.200.197	7.953.160	16.247.037	24	76
TOCANTINS	805.940	594.492	185.222	409.270	23	77

Fonte: : **https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Vacina/DEMAS_C19Vacina.html** 25/07/2021

TABELA 2 - **DOSES DISTRIBUÍDAS AOS ESTADOS E REPASSADAS AOS MUNICÍPIOS**

UF	DOSES DISTRIBUÍDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE AOS ESTADOS	DOSES DISTRIBUÍDAS PELOS ESTADOS AOS MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE REPASSE
BRASIL	164.398.404	142.476.081	86,7
ACRE	684.510	658.993	96,3
ALAGOAS	2.239.780	1.914.492	85,5
AMAZONAS	3.368.280	3.225.319	95,8
AMAPÁ	514.060	486.978	94,7
BAHIA	10.222.380	9.907.984	96,9
CEARÁ	6.049.118	5.658.405	93,5
DISTRITO FEDERAL	2.057.800	2.057.800	100
ESPÍRITO SANTO	3.194.130	3.157.876	98,9
GOIÁS	4.850.890	4.778.177	98,5
MARANHÃO	4.681.400	4.270.152	91,2
MINAS GERAIS	16.618.204	16.205.569	97,5
MATO GROSSO DO SUL	2.277.860	2.349.392	103,1
MATO GROSSO	2.438.340	2.313.483	94,9
PARÁ	5.239.820	4.945.970	94,4
PARAÍBA	2.864.310	2.659.329	92,8
PERNAMBUCO	6.455.800	6.168.090	95,5
PIAUÍ	2.176.820	2.071.699	95,2
PARANÁ	9.021.950	8.722.902	96,7
RIO DE JANEIRO	15.006.310	13.838.262	92,2
RIO GRANDE DO NORTE	2.464.910	1.506.181	61,1
RONDÔNIA	1.103.288	1.082.082	98,1
RORAIMA	435.260	298.149	68,5
RIO GRANDE DO SUL	10.173.876	10.048.948	98,8
SANTA CATARINA	5.635.160	5.591.555	99,2
SERGIPE	1.555.650	1.460.136	93,9
SÃO PAULO	42.058.578	26.174.638	62,2
TOCANTINS	1.009.920	923.520	91,4

Fonte: : **https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19VAC_Distr/DEMAS_C19VAC_Distr.html** 21/07/2021

EXPEDIENTE | Boletim Observatório Covid-19é uma publicação do Observatório Covid-19 /Fiocruz.
Presidente: Nísia Trindade Lima • Assessoria de Relações Institucionais: Valcler Rangel Fernandes • Observatório Covid-19: Carlos Machado de Freitas, Christovam Barcellos, Daniel Antunes Maciel Villela, Gustavo Corrêa Matta, Lenice Costa Reis, Margareth Crisóstomo Portela, Diego Ricardo Xavier, Raphael Guimarães, Raphael de Freitas Saldanha, Isadora Vida Mefano • Coordenação de Comunicação Social - Coordenação: Elisa Andries • Edição e Revisão: Regina Castro e Ricardo Valverde • Estagiária de Comunicação: Ana Flávia Pilar • Projeto Gráfico e Arte: Airton Santos e Guto Mesquita